

8. Diversidades e Estudos Étnico-Raciais (africanos e brasileiros)

Bases da eugenia no Brasil

Carmen Jesus da Silva¹
José Francisco dos Santos²

1. INTRODUÇÃO

O termo “eugenia” foi criado no século XIX pelo antropólogo britânico Francis Galton. Ela” era entendida como uma ciência que buscava o melhoramento da raça humana a partir da seleção dos “melhores” que poderiam viver em sociedade. Durante a primeira metade do século XX, o movimento ganhou força no Brasil, principalmente entre a elite médica e os intelectuais que estudavam a educação.

O contexto brasileiro era o de pós Proclamação da República, industrialização e pós-abolicionista. Havia sido abolida a escravidão apenas 30 anos antes, em 1888, mas não houve nenhuma forma de reparação social. Além disso, sucedeu-se um surto de migração incentivado pelo governo brasileiro como forma de branqueamento e formação do ideário de nação brasileira, o que acarretou fome e desemprego para as pessoas negras, pois os escravizados foram para as cidades competir com os imigrantes que saíam da Europa entre 1890 e 1920.

O presente trabalho visa analisar os discursos eugênicos e as práticas de higienismo social no Brasil durante o ano de 1929 utilizando o recorte racial. A finalidade é compreender como o discurso eugênico estava presente na sociedade brasileira por meio dos *Boletins de Eugenia*, os quais eram divulgados na Revista de Medicina.

¹ Licenciada em História, mestranda em Ciências Humanas e Sociais (PPGCHS -UFOP) e docente na rede Estadual na Bahia; E-mail: carmen.s5160@ufob.edu.br

² Doutor em História PUCSP e docente do curso de História e dos Programas de Pós-graduações (PPGCHS e PPGE), ambos Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOP. E-mail: jose.santos@ufob.edu.br

Os estudos sobre a eugenia no Brasil ainda não se esgotaram, pelo contrário, por mais que a ciência e o debate antirracista³ tenha evoluído, ainda nos deparamos com discursos eugênicos na mídia⁴. Por isso, é importante levantar o debate acerca da eugenia no Brasil, para que possamos entender as raízes e atualizações do racismo estrutural, com o intuito de formular medidas para combatê-lo.

2. DESENVOLVIMENTO

O termo “eugenia” tem como objetivo a seleção de pessoas com base nas características biológicas e hereditárias delas, visando “melhorar” as futuras gerações a partir da conservação das “boas linhagens”. Em 1914, o termo foi discutido no Brasil pela primeira vez na tese de doutorado de Alexandre Tepedino, que integrava a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A partir disso, houve um desaguar de discursos e teses racialistas, o que deu espaço para a formação de grupos e associações que objetivavam explorar o tema. O contexto do país naquele momento era o de uma pequena elite branca de origem europeia governando para uma massa de pobres, em sua maioria, pessoas negras, analfabetos e rurais. Portanto, para os europeus, o Brasil era um antro de disgenia.

Como forma de disseminação do discurso eugênico, Kehl lançou, em janeiro de 1929, os *Boletins de Eugenia*, que eram publicados mensalmente na revista para médicos *Medicamenta*. Nesses boletins, encontravam-se comentários de outros médicos e do público em geral sobre publicações, discussões em relação à eugenia e divulgação de eventos nacionais e internacionais⁵.

³ O termo “antirracista” é o oposto do vocábulo “racismo”, ou seja, representa o combate dele. Ele foi cunhado pela professora e filósofa Angela Davis e está presente no livro *Mulheres, Raça e Classe*. A autora afirma que não basta não ser racista: é preciso se aliar na luta contra ele (Davis, 2016).

⁴ [Paulista se acha melhor que resto do Brasil por herança europeia e passado bandeirante, diz sociólogo - BBC News Brasil](#)

⁵ As notas de artigos e eventos que aparecem nos Boletins são principalmente dos Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Itália.

Na edição nº 2 dos *Boletins de Eugenia* referente a fevereiro de 1929, Kehl evidencia a importância da criação de um Instituto Brasileiro de Eugenia, o que já vinha sendo pensado nos congressos, com o intuito de ter um órgão para, segundo Renato Kehl, “manter o fogo sagrado dos poucos galtonianos entusiastas existentes”. A base para a afirmação era o sucesso do *Eugenic’s Record Office* (Instituto de Eugenia dos Estados Unidos), o qual tinha, como finalidade, o incentivo às pesquisas biológicas e eugênicas. Todavia, os objetivos elencados por Renato Kehl são mais objetivos e se diferem do *Eugenic’s Record Office*.

O Instituto teria três seções distintas: uma de propaganda, uma de atividade prática e outra de estudos científicos. A primeira se incumbiria de organizar e de manter inteligente e constante propaganda de educação eugênica pelas revistas e jornais profanos, de distribuir folhetos e cartazes com os ensinamentos a popularizar: a segunda se encarregaria de promover a execução das medidas propostas para melhorar as condições das proles, esforçando-se junto às autoridades constituídas para o estabelecimento de medidas legais de combate aos fatores de degeneração; a terceira se incumbiria da organização de um arquivo genealógico e dos estudos compreendendo a hereditariedade, a genética, a biometria, a estatística, as pesquisas biológicas e sociais relativas aos problemas eugênicos (Kehl, 1929, n. 1, p. 1).

A base da consolidação eugênica brasileira teve, como foco, a propaganda eugênica voltada para a educação, seja no sentido familiar, seja no sentido escolar. A divulgação eugênica era feita com palavras simples e diretas para a população. Apresentava-se os problemas eminentes na sociedade e, em seguida, soluções como respostas às questões raciais denominadas “problemas eugênicos da população” em busca de um “progresso racial”. A propaganda deu força ao movimento, ao promover os ensinamentos eugênicos para pais e educadores.

A permuta, antes do casamento, de certificados de saúde, documentos de real responsabilidade, e não meros atestados gratuitos, é uma exigência que em boa razão não se pode recusar. Certamente, não têm os pais nenhum direito de cercear a liberdade dos filhos na sua escolha matrimonial. É da sua competência, porém, aconselhar discretamente, e dar a sua aprovação somente depois de efetuada a troca dos certificados de saúde, erigida assim em costume obrigatório da família (Kehl, 1929, n. 6-7, p. 6).

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate

20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Essas temáticas presentes nos *Boletins de Eugenia* estimulavam os eugenistas a buscar possibilidades de reivindicar a obrigatoriedade perante a legislação. O discurso dos eugenistas foi tomando forma por intermédio da propaganda, chegando à casa das famílias e se disseminando em uma sociedade que ainda vivia em uma lógica colonial. Decidia-se, por meio da eugenia amparada na medicina, quais eram os corpos saudáveis, produtivos e degenerados.

Para que as teorias eugênicas tivessem real êxito, era importante o apoio do Estado. Portanto, os defensores da eugenia buscavam meios de se inserir na política e muitos deles geravam cargos importantes na sociedade. Sendo assim, os órgãos do governo eram estruturados para permitir a prática do discurso racista e fazer a manutenção da segregação racial. Em janeiro de 1920, foi fundado, mediante a Lei nº 3.987, o Departamento Nacional de Saúde Pública, dirigido e estruturado por Renato Kehl. Esse departamento tinha, como objetivo, “a prophylaxia geral e específica das doenças transmissíveis, a execução de providencias de natureza, aggressiva ou defensiva, as que tiverem por fim a hygiene domiciliaria, a polícia sanitaria das habitações” (Brasil, 1920).

Em novembro de 1930, o Departamento Nacional de Saúde Pública foi unificado com o setor da educação a partir do Decreto nº 19.402. Criou-se, então, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. No ano seguinte, foi formada a Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública pelo sanitarista João de Barros Barreto, estabelecendo, desse modo, uma forte ligação entre a propaganda eugênica mediante a educação e as intervenções relacionadas à saúde. O movimento eugenista obteve maior força política após o golpe de 1930. Com o Estado Novo de Getúlio Vargas, é possível evidenciar, na Constituição de 1934, o incentivo à educação eugênica e a obrigatoriedade dos exames pré-nupciais.

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate

20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (Brasil, 1934).

A partir da Constituição de 1934, a eugenia ganhou mais força no Brasil. Embora, na lei, não fosse descrito o que seria a eugenia e não fosse caracterizada a seleção baseada na raça ou na classe, a eugenia estava implícita na sociedade. Em 1937, Vargas criou o Instituto Nacional de Puericultura, voltando-se a atenção às mulheres e às crianças brasileiras. Esse instituto respondia ao Ministério da Educação e Saúde e fazia, também, o controle de reprodução humana. Nesse sentido, a eugenia foi desenvolvida no Brasil de forma legal, estando presente na estrutura do Estado e no modo como a sociedade foi educada. Cabe-nos questionar, no presente, se foram aplicadas formas de reparação e quais são os resquícios e a atualização que ainda temos da eugenia racial na estrutura estatal do Brasil.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que, no Brasil, houve um movimento eugênico e que a educação foi um forte pilar para a consolidação dessa ideologia. Além disso, não resta dúvidas de que vivemos em um país em que o racismo perpassa por toda a estrutura social, estando presente em todos os setores da sociedade, em especial, na educação das crianças, seja no âmbito familiar, seja no âmbito educacional. Isso ocorre principalmente por não haver uma educação antirracista e ser reproduzido o que está permeado no discurso moral da sociedade, que, desde a escola primária, foi conduzido pelo discurso eugênico.

O presente trabalho buscou analisar os *Boletins de Eugenia* de 1929, que foram um dos meios de divulgação do discurso eugênico na sociedade brasileira.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate

20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Eles obtiveram o incentivo de projetos sociais políticos voltados para a segregação racial e a seleção dos chamados “bem-dotados”. É possível evidenciar, nos boletins o discurso eugênico e a maneira como a eugenia transcorreu a sociedade brasileira por meio de uma série de políticas sociais, além da Constituição de 1934, que estruturaram as práticas eugênicas e transpuseram o discurso racial à educação.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. [S. l.: s. n.], [1934]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 16 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920**. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. [S. l.: s. n.], [1920]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-3987-2-janeiro-1920-570495-publicacaooriginal-93627-pl.html>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KEHL, Renato F. Aspecto jurídico da maternidade consciente. **Boletim de Eugenia**, n. 6-7, 1929.

KEHL, Renato F. Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia**, n. 2, 1929.

KEHL, Renato F. O Nosso Boletim. **Boletim de Eugenia**, n. 1, 1929.

ROCHA, Célia Aparecida. **A re-significação da eugenia na educação entre 1946 e 1970**: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 331-391.